

TRABALHO DE CAMPO NA ZONA COSTEIRA DO CEARÁ: POR UMA INTERPRETAÇÃO DENSA NO PERCURSO FORTALEZA - FORTIM

Dr^a Maria do Céu de Lima
duceu@yahoo.com.br¹
Universidade Federal do Ceará - UFC

Débora Raquel Freitas da Silva
deboraque108@gmail.com²
Universidade Federal do Ceará – UFC

Data de Saída de Campo: 09 de setembro de 2010.

INTRODUÇÃO

Procura-se, nesse texto, refletir sobre o uso e ocupação do espaço na Zona Costeira do Estado do Ceará (Litoral Leste), evidenciando suas particularidades, seus múltiplos territórios e os atuais conflitos socioespaciais, a partir da experiência do trabalho de campo³ realizado no percurso Fortaleza-Fortim, no Ceará, de 9 a 12 de setembro de 2010. Apresentam-se registros sobre a realidade observada nas diferentes localidades visitadas (Figura 1), em busca de uma interpretação densa. Parte-se do entendimento do etnólogo Clifford Geertz quando sugere que a descrição densa possibilita integrar as particularidades das culturas diferenciadas e descrever os lugares estudados (GEERTZ apud CLAVAL, 2002). Esta fase é importante no processo de definição do objeto de pesquisa.

A presente análise também considera que em relação às transformações socioespaciais existiram dinâmicas e processos (ainda em curso) que vêm transformando os territórios na zona costeira cearense. Concorda-se com o pensamento de Lima (2002; 2009) ao dizer que as principais situações históricas foram: 1). Até o final da década de 1960, quando o uso na área era essencialmente realizado por comunidades tradicionais; 2) Início da década de 1970, com a origem do processo de construção dos “paraísos

¹ Professora do Depto. de Geografia e Coordenadora do LEAT/DG-UFC

² Tecnóloga em Hotelaria do IFCE; licencianda do Curso de Geografia - UFC.

³ O trabalho de campo foi realizado na disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia Humana, ofertada no curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará, sob a coordenação da Prof^a Dr^a Maria do Céu de Lima. O grupo participante contou com a presença de 36 alunos da graduação e 2 da pós-graduação em Geografia.

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 253 - 269. Florianópolis, junho de 2011.

www.geograficas.cfh.ufsc.br

cearenses”, quando surgiram visitantes e veranistas em diversas localidades principalmente, Icaraí, Cumbuco (Caucaia) e na Prainha (Aquiraz). 3). Até meados de 1980, quando se instalaram os grileiros e especuladores imobiliários; 4) No final da década de 1980, com o processo de urbanização (turística) e “incorporação produtiva” do litoral cearense à economia nacional e internacional; 5) Em meados da década de 1990 somam-se as dinâmicas em curso, a implementação das fazendas de carcinicultura (em áreas do ecossistema manguezal) e, logo depois, a instalação dos parques eólicos (sobre falésias e campos de dunas).

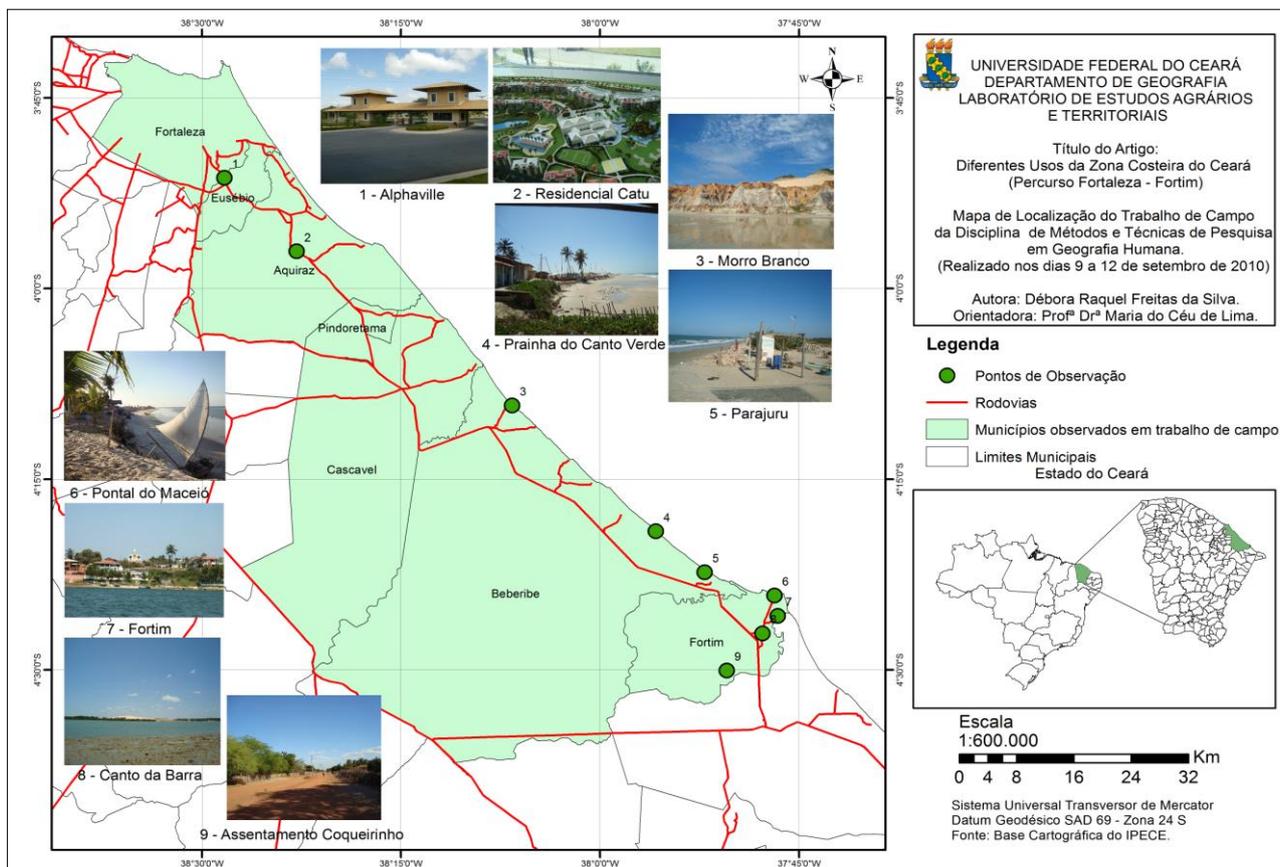


Figura 1. Mapa de Localização do percurso realizado no Trabalho de Campo.

Fonte: Elaboração de Gledson Santos de Lima, 2011.

Este ensaio se subdivide em eixos onde, no primeiro momento, será discutida a metodologia utilizada no trabalho de campo, planejado com uma etapa importante da pesquisa exploratória; o segundo momento será feita a partir do ponto de partida (a cidade de Fortaleza), a análise de formas de apropriação e usos do espaço no contexto metropolitano e em municípios não metropolitanos, particularizando-se a atenção para localidades do município de Beberibe (Morro Branco, Prainha do Canto Verde e Parajuru)

e do município de Fortim (Pontal de Maceió, Canto da Barra e o Assentamento Coqueirinho).

A PESQUISA EXPLORATÓRIA E SEUS PROCEDIMENTOS

O trabalho de campo, como etapa importante na construção do saber geográfico, surge como uma ferramenta de aprofundamento na investigação do fenômeno. Este saber geográfico, “move-se no contexto do conhecimento que é cumulativo (histórico), social (dinâmico), relativo e desigual, ao mesmo tempo contínuo/descontínuo” (CARLOS, 2002, p. 164).

O percurso metodológico contou com um prévio levantamento bibliográfico e produção de ficha técnica sobre as localidades visitadas bem como a utilização de técnicas da pesquisa qualitativa que implicou na realização de entrevistas e rodas de conversas, o reconhecimento da área e observação da paisagem, quando puderam ser reconhecidos processos, formas, estruturas e funções. Destaque-se que a observação da paisagem, nesse contexto, não se restringe a “tudo aquilo que a vista alcança” (SANTOS, 1985), mas, sim, a um conjunto de dimensões que balizam a relação sociedade-espço.

É pertinente salientar que, na oportunidade do trabalho de campo, procederam-se registros fotográficos e utilizaram-se também, instrumentos importantes como o uso do receptor de Sistema de Posicionamento Global (GPS) e material cartográfico (mapas básicos, temáticos e imagens de satélites), além da sistematização e análises dos dados coletados que depois de interpretados possibilitaram a elaboração do relatório do trabalho de campo.

CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS FECHADOS NA RMF: EXPANSÃO E NOVAS FORMAS DE OCUPAÇÃO

Fortaleza, enquanto capital e metrópole cearense, mantém relação dinâmica com alguns municípios pertencentes a Região Metropolitana de Fortaleza.⁴ Os municípios de

⁴ A Região metropolitana de Fortaleza - RMF constituiu-se num imenso “laboratório” dinâmico onde o “crescimento demográfico, a forte pressão sobre o território da capital, a especulação imobiliária e a necessidade de se estabelecer políticas metropolitanas” agiram (e agem) de maneira especial (SILVA, 2009, p. 18). Observa-se, também, que houve, ao longo das últimas décadas, a intensificação dos vínculos dos municípios com a sede metropolitana.

Eusébio e Aquiraz, nessa tessitura, atuam como espaços de relação sociais relevantes com a metrópole. Destacam-se no processo de expansão de Fortaleza, principalmente devido à lógica da “urbanização litorânea” também associada ao veraneio marítimo e ao turismo de massa, a incorporação recente do desenvolvimento de grandes condomínios horizontais de luxo (PEREIRA, 2006).

Deslocando-se pela Rodovia CE 040 fica evidente que no processo de expansão da metrópole surgem novos espaços (marcados pelo urbano, entendido como modo de vida), que se caracterizam pela presença dos condomínios residenciais horizontais que estabelecem novos padrões de segregação na RMF (PEQUENO E MOLINA, 2009). Os empreendimentos imobiliários observados nos dois referidos municípios foram, respectivamente, o *Alphaville Residence* e o *Catu Lake Residence & SPA*.

Ao se observar o *Alphaville Residence* (Figura 2), vê-se a venda de uma moradia diferente das vistas na periferia e mesmo nos bairros nobres de Fortaleza. O que é vendido nesse empreendimento é a idéia de morar perto da capital, porém relativamente longe do “caos urbano”, com segurança e conforto sem perder o contato com a natureza, além de possuir vias de acesso à Capital de alta qualidade e lazer de fácil acesso. Ressalte-se que os moradores do *Alphaville Residence* não se sentem, de maneira geral, pertencentes ao município do Eusébio, mas sim a Fortaleza, já que seus interesses se direcionam a capital.



Figura 2. Entrada para o *Alphaville Residence* Eusébio.
Fonte: www.engea.org.br

Diante disso, observa-se, grosso modo, a mudança dos padrões em Fortaleza onde até as primeiras décadas do século XX o moderno era morar no centro da cidade e, na contemporaneidade, dá-se o processo de valorização dos espaços costeiros para morar. No *Catu Lake Residence & SPA, em Aquiraz*, percebem-se dinâmicas similares ao condomínio residencial anteriormente descrito, contudo, com características ainda mais peculiares, já que o empreendimento⁵ ainda não finalizado caracteriza-se por ser um projeto de *resort* residencial, verticalizado, às margens da Laguna do Rio Catu, que tem como alvo o comprador da metrópole que procura novas opções de moradia.

Os agentes que definem o uso e os usuários desses espaços são: o Estado, através da construção das malhas viárias, do licenciamento e da permissão para alteração da área de Laguna para viabilizar o acesso náutico; os proprietários fundiários, que possuem em sua maioria, a posse da terra; os proprietários do capital e os agentes imobiliários, que nos dois casos irão propagandear e vender as unidades ofertadas.

Ao se comparar e analisar o caso dos dois condomínios fechados descritos, concorda-se com Santos⁶ quando este afirma que o espaço possui *processos* de produção, já que é um “produto social em processo de transformação”, gerados sob a regência de uma mesma lógica, “mundo da mercadoria”, onde os grupos sociais de maior renda tendem a se distanciar das áreas centrais e com grandes adensamentos. No *Alphaville* compra-se o terreno (que varia de tamanho e de preço) e o proprietário tem a liberdade de construir a casa conforme o seu gosto e a sua capacidade de investimento; no *Catu Residence* compra-se o apartamento construído (que varia de tamanho e de preço, estabelecendo-se um contrato segundo o qual é possível alugar a terceiros). Em ambos os casos as formas (em termos de arquitetura e projetos de construção) e *estruturas* são diferenciadas.

⁵ O *Catu Lake Residence & SPA* contará com 42 torres de quatro/cinco pavimentos, grande área verde, shopping Center, clube náutico, piscinas privativas, Spa, restaurantes, totalizando uma área de 300 mil m². O apartamento com menor preço possui 2 quartos (1 suíte) no valor de 260 mil reais.

⁶ Para Santos, o entendimento da transformação do espaço requer considerar que: a forma é o aspecto visível de uma coisa [...] a função sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. A estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Já o processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. (SANTOS, 1985).

DISTANCIANDO DA RMF GANHA FOCO O MUNICÍPIO DE BEBERIBE

No processo de produção do espaço nas três localidades praianas observadas, em Beberibe apresentaram dinâmicas distintas, permeadas por processos de incorporação de novas formas de viver e ações de resistências que marcam os territórios e transformam o uso dos espaços e a vida dos moradores.

- **Praia de Morro Branco:** possui uma dinâmica diferente de outras praias do município de Beberibe, como a Prainha do Canto Verde. Predomina na paisagem a presença das casas de veraneio, as pousadas e os hotéis (Figura 3). Tem um núcleo comercial, que é composto por várias barracas de praia e lojas de artesanato.



Figura 3. Vistas da Praia de Morro Branco e do Monumento Natural das Falésias.
Fonte: Foto de Débora Raquel F. da Silva, 2008.

A dinâmica econômica encontrada nessa localidade, de maneira geral, é aquela voltada para o desenvolvimento das atividades turísticas. O Monumento Natural das Falésias é considerado um dos mais belos cartões postais do Ceará.

Prainha do Canto Verde: a comunidade pesqueira marítima caracteriza a área como uma reserva extrativista. No mar, os homens realizam a pesca artesanal do peixe (Figura 4), da lagosta e da arraia, baseados na tradição do “segredo” e na produção manual dos apetrechos de pesca; enquanto na terra as mulheres, além dos afazeres domésticos, realizam, principalmente, trabalhos artesanais como bordados, renda e labirintos. Vidas e paisagens marcam a resistência e da organização comunitária em defesa da terra e do território. A incorporação do turismo comunitário como atividade complementar é feita sob o controle de um dos conselhos que funcionam na comunidade.



Figura 4. Pescadores artesanais da Prainha do Canto Verde.
Fonte: Foto de Débora Raquel F. da Silva, 2011.

A luta pela defesa da posse da terra é presente desde o início da década de 80, principalmente em razão de disputas e conflitos protagonizados em razão de interesses econômicos. A comunidade apoiada pela Arquidiocese de Fortaleza, principalmente, nos encaminhamentos judiciais e no intercâmbio com outras comunidades do estado que compartilhavam a causa. 114 moradores da Prainha do Canto Verde, na época, entraram com a ação rescisória no Tribunal de Justiça do Ceará a fim de anular a ação de usucapião do Sr. Antonio Sales Magalhães e sua esposa,⁷ que depois repassaram a titularidade da ação/posse para a empresa Henrique Jorge Imobiliária.

Passados muitos anos, a comunidade ganhou a ação na Justiça Federal. Atualmente, o embate se dá com o empresário Sr. Tales de Sá Cavalcante. Este senhor, proprietário há 20 anos de uma casa de veraneio em área próxima da localidade, depois de aprovada a Reserva Extrativista (RESEX), passou a afirmar ser dono de mais de 50% do território da comunidade, alegando que comprou parte da terra do especulador que já teve cessão de usucapião anulada pela Justiça Federal.

Conforme informações do Sr. René Schärer, que mora há 18 anos na localidade, a comunidade, que, em 2009 conseguiu a conquista da RESEX que delimita e protege as ações extrativistas da comunidade no uso coletivo dos recursos naturais, quando estava perto de comemorar um ano de RESEX, viu-se atacada mais uma vez pelo empresário Tales de Sá, ainda na intenção de se apropriar do território da comunidade, tentando anular a criação da RESEX, que se baliza na legislação ambiental ao preservar o uso do território de forma coletiva. Além disso, vem influenciando alguns moradores com

⁷ De acordo com Lima (2002) a área reivindicada por Antonio Sales Magalhães incluía toda a área em que os praieiros moravam.

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 253 - 269. Florianópolis, junho de 2011.

www.geograficas.cfh.ufsc.br

promessas assistencialistas e atuando para a criação de uma segunda organização local, a Associação dos Moradores Independentes da Prainha do Canto Verde. Com a criação da RESEX, o empresário viu seu possível sonho de construir um resort na localidade frustrado, e eis aí a razão para a tentativa de desqualificação da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde.

Tais afirmações confirmam o pensamento de Lima (2002) ao escrever que

[...] o aumento das cercas e placas indicativas de propriedade de especuladores imobiliários, inclusive em terrenos de marinha, denunciam que a propaganda da grande viabilidade da atividade turística (as estratégias de marketing) foi bem assimilada por quem faz da terra uma mercadoria valiosa. (Lima, 2002, p. 83).

Assim sendo, veem-se diferenças e resistências ao se comparar como é a realidade local em Morro Branco e em Prainha do Canto Verde. Esta primeira, caracterizada pela urbanização turística, apresenta pouca resistência ao processo de desagregação das atividades tradicionais e já vem enfrentando problemas sociais e ambientais. A segunda torna-se, no Ceará, um exemplo de organização e resistência, que já perdura por mais de 30 anos, com a ação coletiva embasando as conquistas de preservação do uso comunitário do território com a RESEX, e também com a incorporação do turismo Comunitário, já que a localidade se insere na Rede Cearense de Turismo Comunitário – RedeTucum.⁸

Parajuru: localizada a uma distância de 120 km de Fortaleza, possui em sua paisagem feições naturais como a extensa faixa de praia, o denso campo de dunas e o estuário do rio Pirangi (SEMACE, 2010). Esta comunidade, que majoritariamente tem na pesca sua principal fonte de renda, nos últimos anos vem sendo alvo de investimentos estrangeiros, em particular austríacos que estão comprando pouco a pouco parte do território da comunidade a fim de construir empreendimentos turísticos.

Conforme a Associação Comunitária dos Produtores de Parajuru (2010), a comunidade passou a sentir os primeiros impactos causados pela entrada do turismo no ano de 2005, quando um grupo austríaco passou a comprar terrenos na localidade e instalou o hotel Estrela do Mar. Como ação compensatória, o mesmo grupo, segundo Silva (2010), passou a oferecer, através da Associação Beneficente Gisela Wisniewski, ensino de inglês e alemão que eram pagos através dos serviços prestados ao próprio

⁸ Ver site <http://www.tucum.org/>

hotel do grupo. Neste sentido, na atualidade, é reivindicado pela comunidade o direito a terra, que é o *locus* de suas vivências, de suas relações. Reivindicam, também, a preservação das reservas naturais, como o mangue local, o rio Pirangi e a própria faixa de praia e pós-praia (ACPP, 2010).

RECONHECENDO EM FORTIM: PONTAL DE MACEIÓ, ASSENTAMENTO COQUEIRINHO E CANTO DA BARRA

Destacam-se, no município de Fortim, três comunidades que vêm sobrevivendo ou reagindo às dificuldades de sobrevivência e aos conflitos existentes em seus territórios de maneiras diferentes. Por esta razão, no decorrer do trabalho de campo em Fortim foram realizadas visitas no Pontal de Maceió, observando principalmente as peculiaridades da comunidade pesqueira marítima, que vê a chegada do turismo no Assentamento Coqueirinho, evidenciando seu histórico de ocupação e a proposta do turismo comunitário, e no Canto da Barra, com grande presença de casas de veraneio onde se observou o trabalho das marisqueiras, que vêm enfrentando dificuldades para garantir a permanência dessa atividade tradicional.

Tais experiências foram observadas com a aplicação de questionários, realização de entrevistas e depois socializadas nas rodas de conversa. Na prática da pesquisa o trabalho de campo tem como forte característica a revelação do “ponto de vista do nativo, sua relação com a vida e a compreensão de sua visão de mundo” (PESSOA; RAMIRES, 2009, p. 523).

Sobre a prática de aplicação, cabe registrar, conforme adverte Venturi (2005), que não há unanimidade no uso do termo questionário. Marconi e Lakatos (2005), por exemplo, possuem uma leitura diferenciada do que seria o questionário. Para as autoras, questionário seriam perguntas pré-estabelecidas, onde o pesquisador intervir, mas sim, deixaria o questionário com o participante e pegando-o posteriormente apenas. Contudo, para a prática da pesquisa em Geografia, questionários são instrumentos de obtenção de dados que possuem etapas sucessivas e encadeadas que são:

Preparação prévia, elaboração do questionário, aplicação–teste e respectiva avaliação, aplicação ao universo em pauta, tratamento de dados e informações (tabulação, elaboração de tabelas, gráficos [...] análise dos resultados e correlações com dados e informações obtidas por meio de outros procedimentos). (VENTURI, 2005, P. 168).

Neste sentido, o questionário para a Geografia é um instrumento quantitativo-qualitativo e possui como etapa importante a elaboração prévia. No caso não foi possível fazer a testagem do instrumento.⁹ Após a atividade ter sido realizada, diversas foram as observações sobre a quantidade de perguntas, o caráter das perguntas e o padrão de respostas.

Pontal de Maceió: um dos distritos litorâneos de Fortim, situa-se acerca de 6km de distância da sede municipal. Na visita ao distrito foram aplicados 64 questionários socioeconômicos com moradores da localidade. De maneira geral foram entrevistados pescadores, filhos de pescadores, donas de casa. Direta ou indiretamente expressaram sua opinião sobre a crise da pesca e o modo de vida das comunidades pesqueiras. Alguns entrevistados responderam que a pesca não dá mais enquanto outros afirmaram, com orgulho, que a pesca é sua profissão e que os outros afazeres são complementares. Fia informado, também, que muitos veranistas/empresários e/ou donos de hotéis estão construindo segundas-residências na praia e, como uma forma de calar os descontentes, oferecem cursos sobre a preservação do meio ambiente e reciclagem.

Assentamento Coqueirinho (AC): a comunidade rural está localizada no município de Fortim, a cerca de 14 km de distância da sede municipal. O acesso se dá por uma via carroçal (Figura 5) que é perpendicular a CE-040. Antes de a área ser desapropriada, em 1995, pelo Governo Federal, para abrigar o Projeto de Assentamento, existia no local uma fazenda de criação de cavalos que estava desativada. A desapropriação da antiga fazenda de 1464 hectares do proprietário Sr. Márcio Porto, do Grupo CIDAO S/A, foi realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2000).

⁹ O questionário utilizado foi elaborado pela professora responsável pelo trabalho que tem realizado pesquisas sobre as comunidades pesqueiras marítimas.

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 253 - 269. Florianópolis, junho de 2011.

www.geograficas.cfh.ufsc.br



Figura 5. Vista do Assentamento Coqueirinho.
Fonte: Foto de Débora Raquel F. da Silva, 2010.

Devido a essa atividade passada, a produtividade do solo (arenoso) foi prejudicada, tendo em vista que o pisoteio dos animais compactam o solo, dificultando a infiltração de água, e reduzindo a quantidade de ar no mesmo.

Através de entrevista com a presidente da Associação Cooperativista do Assentamento Coqueiro (ACOOPAC), Dona Luzirene, que contou a história do assentamento¹⁰ e dos assentados, bem como as adversidades e os conflitos existentes, chegou-se a um conhecimento da realidade do assentamento. A presidente, quando perguntada sobre a procedência dos assentados, disse que muitos vieram de Tauá, Canindé e Aracati (todos municípios do Estado do Ceará). No início, em 1995, eram apenas 15 famílias¹¹ que, largando seus municípios¹² de origem, vieram para a localidade que na época não dispunha de nenhuma infraestrutura. Na atualidade, o assentamento possui 57 famílias e 4 famílias agregadas (pessoas que não são oficialmente assentadas, contudo, possuem grau de parentesco com os assentados).

Dona Luzirene, emocionada, contou sobre as dificuldades do começo do Assentamento Coqueirinho, quando tinham uma alimentação à base de sebo de boi,

¹⁰ Vale ressaltar que para a desapropriação de terras para a reforma agrária, geralmente há famílias que lutam para que tal processo aconteça, o que gera uma certa identidade dos que participam do processo de luta com a terra conquistada. No caso de Coqueirinho não houve esse processo, o que pode ser a explicação para as falas que indicam a falta de identidade de alguns moradores com a terra na qual habitam.

¹¹ As primeiras catorze famílias do assentamento vieram do “Pedregal, um bairro da periferia de Aracati e (...) da fazenda Pimenteiros, estas através de contatos realizados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais” (INCRA, 2000).

¹² Alguns assentados, como é o caso do Sr. Raimundo Ducá (primeiro morador) já eram assentados em um Assentamento em Tauá. Quando souberam do Coqueirinho, partiram em direção a ele.

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 253 - 269. Florianópolis, junho de 2011.

rapadura, farinha e também a “quarenta”, que se assemelha ao pão de milho. Contou, ainda, que devido ao terreno ser arenoso, os plantios do feijão e mandioca não rendiam muito.

Devido à extensão do terreno, a estrutura fundiária é dividida em duas agrovilas, delimitadas conforme seu uso. É importante salientar que no início do assentamento tinha-se apenas uma associação de assentados, a ACOOPAC, porém, um ano e seis meses depois da fundação da associação, um grupo minoritário, que era acostumado a produzir individualmente, resolveu fundar a Associação dos Parceiros Individuais do Assentamento Coqueirinho (APIAC) que tinha 22 famílias.¹³ A ACOOPAC, então com 39 famílias, que organizou-se a partir de regras coletivas em torno da proibição do desmatamento e da venda da terra. Entretanto, um grupo desobedeceu essa regra e, como consequência, foi fundada uma nova associação, a Associação dos Parceiros Autônomos do Assentamento Coqueirinho (APAAC). A existência, hoje, de 3 associações (registradas) é evidenciado como um problema que marca os processos internos. Os depoimentos dos moradores mostram que há muita desunião e que a divisão nas formas organização expressam os conflitos e as visões diferenciadas em relação ao modo de fazer e de distribuir a renda obtida com as atividades econômicas.

O AC, que hoje possui 15 anos de existência, lutou juntamente com a Prefeitura de Fortim, o INCRA e a Companhia de Eletricidade do Ceará (COELCE) pela eletricidade que, somente após 3 anos foi instalada. Hoje conta com uma Escola de Ensino Fundamental (até o 6º ano), construída pelo INCRA. Os alunos que precisam fazer o Ensino Fundamental II (comunidade vizinha) e o Ensino Médio (Fortim) se deslocam no transporte escolar municipal. Para assistência médica o único serviço público disponibilizado à comunidade é pelo Programa de Saúde da Família (PSF), que funciona no salão comunitário Dom Helder Câmara.

No aspecto da produção agrícola é pertinente ressaltar que, de acordo com o Plano de Recuperação do Assentamento Coqueirinho,

o levantamento preliminar de solos, feito pelo INCRA na época de vistoria do imóvel, as unidades foram identificadas como sendo na sua maioria Areias Quartzosas Distróficas, fraco fase caatinga Hiperxerófila, havendo entretanto, pequenas manchas de solo do tipo Podzólico Vermelho-Amarelo e solos aluviais (INCRA, 2002, p. 10).

¹³ Recentemente, no período do campo, falou-se em entrevistas que de uma subdivisão da APIAC surgiu uma nova Associação que ainda não foi registrada.

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 253 - 269. Florianópolis, junho de 2011.

www.geograficas.cfh.ufsc.br

Com os solos impróprios para determinadas culturas, a comunidade do assentamento passou a se reunir para encontrar uma solução para o problema financeiro das famílias. Neste contexto surgiu a idéia do Turismo Comunitário. Em 2003, um grupo de italianos da Associação Tremembé Onlus que estavam hospedados na pousada Tremembé, município de Icapuí, queria conhecer um assentamento rural e, para tanto, foram direcionados ao AC. A partir dessa experiência de receber visitantes interessados em conhecer a realidade de uma comunidade rural foi elaborado o projeto de turismo comunitário, que tinha como demanda para a construção de infraestrutura; dois banheiros, ma cozinha, quatro chalés e duas hortas orgânicas.

Em 2004, o Sr. Magela, membro da Diocese de Limoeiro do Norte, foi à Itália a fim de receber a aprovação e o financiamento inicial do projeto, que foi inaugurado em 2005. Conforme relata Dona Zildene o dinheiro recebido possibilitou a construção da infraestrutura, mas precisou que, novamente, a ACOOPAC se mobilizasse para conseguir a mobília e os utensílios necessários para começar receber pessoas para pernoitar. Só no primeiro ano de turismo comunitário o assentamento recebeu 350 turistas.

As atividades oferecidas incluem passeio e alimentação, que inclui produtos da horta orgânica,¹⁴ apresentação teatral com os jovens da comunidade, apicultura, biscuit, Núcleo de Audiovisual Coqueirinho (NUAC), Restaurante Sabores da Terra, Chalés e venda de cosméticos naturais produzidos pelas mulheres do assentamento. Há, também, uma trilha ecológica de 6 km, feito de carroça, onde o turista conhece um pouco o assentamento¹⁵ e o passeio de barco pelo Rio Jaguaribe e visita ao mangue.

Quando perguntada sobre a demanda turística, a senhora Zildene afirmou que existem muito alemães, italianos e suíços que vêm conhecer a localidade, bem como universitários, organizações não governamentais e brasileiros de outros estados. Geralmente os turistas permanecem 3 dias no local e, em sua maioria, a forma de divulgação do trabalho é feita pelo site da Rede Cearense de Turismo Comunitário pelo chamado “boca-a-boca”.

No tocante a divisão dos lucros recebidos pelo Turismo Comunitário, de acordo com o Plano de Recuperação do Assentamento (PRA 2002), tanto a ACOOPAC quanto a

¹⁴ A comunidade viu a necessidade de oferecer e ter uma alimentação livre de agrotóxicos. Para tanto os alimentos da horta orgânica existem e, no restaurante, só são vendidos pratos feitos a base dos legumes e verduras da horta, bem como os sucos visto que no restaurante não se vende refrigerante.

¹⁵ Existe um projeto mais sofisticado de trilha ecológica. Entretanto, o projeto ainda não conseguiu financiamento completo, o que inviabilizou o referido por hora.

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 253 - 269. Florianópolis, junho de 2011.

www.geograficas.cfh.ufsc.br

APIAC estão diretamente envolvidas no projeto de turismo comunitário,¹⁶ contudo, em conversas com membros da APIAC escutaram-se opiniões contrárias. Parte do lucro da atividade¹⁷ é reinvestida na manutenção dos equipamentos, como utensílios domésticos e recursos, 12% é depositado em uma conta da Associação e o restante é distribuído àqueles que contribuíram no mês. O valor da diária no chalé com café-da-manhã é de R\$ 50,00 o casal e R\$ 35,00 o solteiro.

Outras atividades e equipamentos organizados fazem diferença no AC, a exemplo do NUAC. Esse projeto iniciou-se em 2008, quando foi captado do Governo Estadual R\$ 20,000,00 mil reais para a compra de equipamentos como câmeras e computadores. Os participantes selecionados tiveram um curso de capacitação e hoje 20 jovens atuam no NUAC, inclusive fazem a filmagem dos principais eventos da prefeitura de Fortim.

A equipe do NUAC é formada por quatro editores, quatro produtores, três câmeras e dois operadores de som. Estes, em sua maioria, estão vinculados a ACOOPAC e pretendem ficar na comunidade, mesmo fazendo faculdade em outro município, como é o caso do jovem Samuel, que cursa Comunicação Social na UFC - Jornalismo, que não pretende deixar suas raízes, mas, sim, permanecer e através do seu conhecimento, ensinar e ajudar a sua comunidade.

Mariscagem no Canto da Barra: na comunidade do Canto da Barra, que fica no distrito de Barra, houve a oportunidade de conversar com mais um grupo de marisqueiras que realizam uma das mais tradicionais atividades extrativistas em comunidades praianas. Os principais mariscos são ostra, búzio e sururu. Fazem o trabalho no momento em que a maré baixa e ficam até que a maré alta tome conta da área. Vê-se, nesse ponto, o ritmo da natureza ditando o ritmo do trabalho. A superexploração do recurso (ostras) provocaria sua escassez, como ocorre com na pesca da lagosta. O grupo de marisqueiras, há um tempo, tentaram produzir mariscos em cativeiro porém quando chegava o inverno e a água ficava mais doce, toda a produção se perdia. Assim, resolveram mariscar aquilo que a natureza lhes entregasse. Essas mulheres possuem em seus rostos e corpos a expressão do trabalho duro e desconfortável, exposto ao sol, além da coragem de enfrentar as adversidades.

¹⁶ O AC, juntamente com outras comunidades no Ceará, em 2008, no Seminário de Turismo Sustentável, decidiram estruturar a Rede TUCUM, na qual o Assentamento Coqueirinho se enquadra como único assentamento com turismo comunitário e rural.

¹⁷ Para ser associado a Rede Tucum, cada comunidade, a partir de 2010, pagará 100 reais por ano. A quantia, contudo, serve para a manutenção da rede e gastos afins.

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 253 - 269. Florianópolis, junho de 2011.

www.geograficas.cfh.ufsc.br

O grupo de mais ou menos 40 mulheres é composto, principalmente, por esposas de pescadores que aprenderam a arte de mariscar com suas mães e irmãs. Elas, assim, enfrentam a escassez do marisco, o problema com o rio e, ainda, o preço injusto pago pelo atravessador.¹⁸ Contudo, Lima aponta que:

Numa ação pioneira no Estado do Ceará, mulheres do município de Fortim, que mariscam “num braço do rio Jaguaribe”, organizaram-se e mudaram a história local. Até 1998 as pescadoras da região desenvolviam a atividade apenas para consumo próprio. Não possuíam registro profissional, nem direitos como salário-maternidade e aposentadoria. A profissionalização das marisqueiras só foi possível com a eleição de uma mulher na Colônia de Pescadores de Fortim. A maioria das famílias de pescadores da região vivem apenas com um salário - mínimo. A profissionalização das marisqueiras de Fortim, além de representar o espectro de um novo tempo, subverte a máxima do sexo frágil e revela um cotidiano de desafios diários” (LIMA, 2002, p. 58).

Vê-se, portanto que, as marisqueiras do Canto da Barra fizeram e fazem diferença no tocante ao movimento e a sua representatividade no município. Essa atividade, tão peculiar, traz à reflexão como a tradição perpassa as gerações e como as comunidades pesqueiras convivem com as novas atividades laborais, a exemplo do trabalho nas casas de segundas-residências de quem é de locais mais próximos (sede do município ou Aracati), ou distantes (Fortaleza e cidades de outros países).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que, a partir da construção de um referencial teórico e da experiência do trabalho de campo como etapa primordial na pesquisa qualitativa, foi possível analisar as diversas paisagens, os conflitos e resistências que existem na Zona Costeira (leste) do estado do Ceará. Em sala de aula, os alunos puderam debater as principais impressões e fazer considerações sobre o aprendizado propiciado pelo trabalho de campo. A devolução do trabalho de investigação realizado no município (alvo principal da atividade) deu-se a partir da entrega dos relatórios do trabalho de campo, que numa primeira fase haviam sido elaborados individualmente e depois foram reelaborados em equipe e entregues à Secretaria de Educação do Município de Fortim.

A realidade exposta e os conflitos atuais nas comunidades visitadas nada mais são do que a parte de todo um processo que a Zona Costeira Cearense vem enfrentando. A

¹⁸ Segundo as marisqueiras, o atravessador paga pelo balde de marisco R\$ 5,00 reais. No total, cada marisqueira ganha em média R\$ 100,00 reais/mês. Muito dos mariscos coletados também servem como base alimentícia para a família.

Revista Discente Expressões Geográficas, nº 07, ano VII, p. 253 - 269. Florianópolis, junho de 2011.

www.geograficas.cfh.ufsc.br

incorporação de práticas modernas, como o turismo de massa, a pesca predatória, entre outros fatores, descaracterizam as comunidades tradicionais e impactam negativamente não somente as condições de vida dos moradores, mas também os territórios e seus ecossistemas costeiros.

Tratando-se de Zona Costeira Cearense, observou-se que há algumas comunidades que se incorporaram à lógica do turismo predador e da pesca predatória, enquanto há outras que ainda resistem e persistem em defesa do modo de vida tradicional e lutam pelo território que a elas pertencem.

Existem resistências articuladas que podem se perpetuar e, ainda, influenciar outras comunidades que não se mobilizaram no ato de preservar as tradições, os meios de vida e a cultura local. Constata-se, portanto, no olhar dos pescadores e das marisqueiras que o gosto pelo que fazem e, ao mesmo tempo, a alegria de lutar, mesmo com as dificuldades, dão razão ao viver nas comunidades visitadas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE PRODUTORES DE PARAJURU./Disponível em: <http://www.parajuru-asso.org/reserva_legal.html>. Acesso em: 18 nov. 2010.

BRASIL, **Sistema Nacional de Unidade de Conservação**. Lei nº 9.985, de 18 de JULHO DE 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 julho, 2000.

CARLOS, A. F. A. A Geografia Brasileira Hoje: algumas reflexões. **Revista Terra Livre** (AGB), nº 18, 2002.

CATU LAKE RESIDENCE & SPA. **Brochura**. Fortaleza, 2010.

CLAVAL, P. A volta do cultural na Geografia. *In: Mercator* – Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Ano 1, nº 1, 2002.

INCRA. **Plano de Recuperação do Assentamento Coqueirinho**. 2002.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LIMA, M. do C. de. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: territórios, costumes e conflitos**. São Paulo: USP, 2002. Tese (Doutorado), Centro de Filosofia e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

_____. Pescadoras e Pescadores artesanais do Ceará: modo de vida, confrontos e horizontes. **Mercator**. Revista de Geografia UFC, ano 05, nº 16, 2006.

_____. Pesca Artesanal, Carcinicultura e Geração de Energia Eólica na Zona Costeira do Ceará. **Revista Terra Livre** (AGB), nº 31, 2009.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PEREIRA, A. Q. Urbanização e Veraneio Marítimo no Ceará. In: SILVA, J. B. da; DANTAS, E. W. C.; ZANELLA, E; MEIRELES, A. J. A. (Org.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006, v., p. 307-316.

PESSOA, V. L. S; RAMIRES, J. C. de L. **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

PEQUENO, Luiz Renato Bezerra (org.). **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital - Observatório das Metrôpoles, 2009.

PREFEITURA DE FORTIM. Disponível em: <www.fortim.ce.gov.br/ .> Acesso em: 04 set. 2010.

REDE TUCUM. Disponível em: <<http://www.tucum.org/>>. Acesso em: 20 set. 2010.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SILVA, J. B. da. Características Gerais da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). In: COSTA, M. C. L; DANTAS, E. W. C. **Vulnerabilidade Socioambiental**. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

SILVA, W. N. da S. Especulação imobiliária em Parajuru, CE: relato de quem acompanha o caso. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br>>. Acesso em: 30 nov. 2010.

SUPERINTENDENCIA DE MEIO AMBIENTE DO CEARÁ. Cadastro de Atores e Usuários dos Recursos Naturais no Setor Leste da Zona Costeira do Estado do Ceará. Disponível em: <antigo.semace.ce.gov.br/programas/gerco/municipios.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2010.

UM CANTO VERDE AMEAÇADO! Disponível em: <<http://www.prainhadocantoverde.org/noticias/5/>>. Acesso em: 20 set. 2010.

VENTURI, L. A. B. (org.). **Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório em geografia e análise ambiental**. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.